

ELEIÇÕES

Até 18 de agosto, o cidadão poderá transferir temporariamente o domicílio para participar do pleito de outubro. Mas a solicitação tem regras a serem seguidas

Prazo para voto em trânsito está aberto

Começou a valer, ontem, o prazo para solicitar a transferência temporária de domicílio eleitoral para, por meio do voto em trânsito, participar das eleições de outubro — cujo primeiro turno é dia 2 e o segundo, dia 30. O recurso serve para quem estiver fora do local onde reside nas datas do pleito.

Mas é preciso que o eleitor vá a qualquer cartório eleitoral do país até 18 de agosto, quando o prazo para solicitar o voto em trânsito se encerra. É importante, também, que a pessoa saiba em que condição se encontra, isso porque quem estiver fora da cidade em que mora, porém dentro do mesmo estado, pode

se dirigir às urnas para escolher seus candidatos a presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital. Mas quem estiver em outro estado só terá condições de votar em trânsito para presidente.

Há, ainda, algumas regras que precisam ser levadas em consideração pelo eleitor. Uma delas é que a cidade fora do domicílio eleitoral precisa ser uma capital ou um município com mais de 100 mil eleitores e deve estar dentro do território nacional — ou seja, não é possível votar em trânsito no exterior. Quem morar fora do Brasil, mas que estiver por aqui durante as eleições, poderá escolher somente o nome

para presidente da República.

Também é importante que a pessoa esteja com situação regular no Cadastro Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Aquele que teve o título cancelado ou suspenso não pode escolher seus representantes.

Calendário

O primeiro passo para garantir o voto em trânsito é informar à Justiça Eleitoral sobre em qual data e município a pessoa estará nas datas da eleição. Para fazer isso, basta ir a qualquer cartório eleitoral com um documento oficial com foto — como Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou passaporte

— e fazer a solicitação presencialmente, indicando o local em que pretende ir à urna. Este serviço não será possível de ser realizado pela internet.

Também não há problema se o eleitor indicar dois lugares diferentes para votar no primeiro e no segundo turno, desde que a comunicação seja feita corretamente. Ou seja, a pessoa tem que ter certeza de que estará nos municípios por ela apontados.

Caso o cidadão mude de ideia ou tenha condições de retornar ao domicílio eleitoral de origem no dia da eleição, é possível cancelar o pedido de voto em trânsito. Mas atenção: isso tem que ser feito até 18 de agosto, quando o prazo se encerra.

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Pela segunda semana seguida, ministro atende pedido de pré-candidaturas para tirar de circulação falsidades divulgadas por perfis bolsonaristas

Moraes manda tirar mentiras contra Lula

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ordenou a retirada de postagens de bolsonaristas com notícias falsas que associam candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC). Em caso de descumprimento da determinação, o magistrado impôs multa diária de R\$ 10 mil.

Moraes também ordenou que os envolvidos não divulguem mais essas informações — e caso descumpram, estão sujeitos a outra penalidade, esta no valor de R\$ 15 mil. A decisão foi protocolada na noite de domingo, durante o plantão do ministro

como presidente do TSE, atendendo a um pedido protocolado pelo pelo PT.

Segundo a liminar, ainda devem ser removidas postagens que ligam Lula ao assassinato do ex-prefeito de Diadema (SP), Celso Daniel, e conteúdos que tiraram de contexto uma fala do petista que dão a entender que o ex-presidente comparou a população pobre a papel higiênico — dizendo que seriam úteis apenas nas eleições e, depois, descartados.

A determinação de Moraes vale para publicações feitas pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ); pelos deputados federais Carla Zambelli (PL-SP), Otoni de Paula (MDB-RJ) e Helio Lopes (PL-RJ); pelo assessor especial da Presidência da República Max Guilherme

Machado de Moura; além de publicações bolsonaristas, como o Jornal da Cidade On-line e o jornal Minas Acontece.

Segundo Moraes, a divulgação de mentiras compromete o processo eleitoral brasileiro. Além disso, ele classificou a disseminação de falsidades de “insensata disseminação de conteúdo inverídico”.

“O sensacionalismo e a insensata disseminação de conteúdo inverídico com tamanha magnitude pode vir a comprometer a lisura do processo eleitoral, ferindo valores, princípios e garantias constitucionalmente asseguradas, notadamente a liberdade do voto e o exercício da cidadania”, afirmou.

No pedido à Justiça Eleitoral, o PT sustentou que a disseminação

de mentiras tem como objetivo manchar a imagem de Lula como pré-candidato à Presidência e de tumultuar a campanha eleitoral.

“A veiculação de propaganda eleitoral antecipada negativa por meio de notícias falsas (...) tem evidente propósito de desincutir os cidadãos brasileiros a votarem no ex-presidente Lula”, salienta o pedido do PT.

Esta é a segunda punição que o ministro impõe a bolsonaristas. Na semana passada, Moraes ordenou a retirada de um vídeo que circulava no aplicativo de mensagens Telegram com conteúdo falso sobre o pré-candidato do PDT à Presidência, Ciro Gomes. Assim como foi feito agora com Lula, o vídeo acusava o ex-governador do Ceará de envolvimento com facções criminosas.

Briga acirrada por engajamento nas redes

» TAINÁ ANDRADE

Os pré-candidatos mais bem colocados na corrida presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), travam acirrada luta nas redes sociais pelo aumento de engajamento. Desde a semana passada, quando a cantora Anitta declarou publicamente o apoio ao petista e abriu um diálogo direto com ele, as interações nas redes do petista apresentaram um forte avanço. De acordo com levantamento do Observatório das Eleições, da Vert.se

Inteligência Digital, houve um crescimento de 66% no engajamento, com 4,85 milhões de interações no Twitter.

Enquanto isso, o impulsionamento da campanha de Bolsonaro se manteve em alta, com 68% de engajamento, segundo a mesma pesquisa. Mas, diferentemente de Lula, a escolha de temas tem se fixado em acenos às mulheres e jovens — eleitores que mais rejeitam o presidente.

O monitoramento mostrou que os temas de maior interação foi a ligação de Bolsonaro para

dois irmãos do dirigente petista Marcelo Arruda, assassinado em Foz do Iguaçu (PR) pelo agente penitenciário federal Jorge Guarinho. Também causou grande engajamento nas redes bolsonaristas a afirmação do presidente de que o médico anestesista Giovanni Quintella Bezerra, que estuprou uma parturiente enquanto ela dava à luz, deveria “apodrecer na cadeia” — cada assunto rendeu 4,22 milhões e 1,8 milhões de interações, respectivamente.

Ainda que Bolsonaro tenha o apoio de artistas de renome,

principalmente no meio sertanejo, ele não quer se alinhar a influenciadores ou artistas. De acordo com interlocutores da campanha, até o momento a ordem é para manter assim, mesmo que isso cause choque de opiniões entre o presidente e os dirigentes do PL.

Na campanha, se cogita estreitar o contato entre Bolsonaro e seus apoiadores na classe artística. O entrave para isso tem sido o próprio Bolsonaro, que defende uma aproximação natural — tal como aconteceu entre Anitta e Lula.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro faz campanha de anticandidato

Em termos diplomáticos, o encontro de ontem do presidente Jair Bolsonaro (PL) com embaixadores de vários países para denunciar suspeitas não comprovadas sobre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), seus ministros e a segurança das urnas eletrônicas foi um tiro no pé. Para a maioria dos diplomatas, seu discurso é de candidato derrotado por antecipação e sinaliza a intenção de realmente não aceitar o resultado das urnas. Obviamente, sua escalada contra as urnas eletrônicas é uma campanha de anticandidato, passa para o mundo — e internamente — a ideia de que pretende se manter no poder mesmo perdendo as eleições.

Existe uma correlação entre a política nacional e nossas relações internacionais. Apesar da excelência e dos esforços dos nossos diplomatas de carreira, toda vez que Bolsonaro faz política internacional própria é um desastre. É o que está acontecendo, por exemplo, no caso da guerra da Ucrânia. No mesmo dia em que promoveu o desastroso encontro com os embaixadores, conversou por telefone com o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky: “Discutimos a importância de retomar as exportações de grãos para prevenir uma crise de alimentos provocada pela Rússia”, escreveu Zelensky em seu Twitter. “Convoco todos os parceiros a se unirem às sanções contra o agressor.”

Para bom entendedor, a conversa de Bolsonaro com Zelensky não foi nada boa. Ao divulgar seu pedido de adesão do Brasil às sanções contra a Rússia, o presidente ucraniano criou um constrangimento para o Brasil, que assumiu uma posição de neutralidade, na tradição da política de Estado do Itamaraty. Porém, pessoalmente, Bolsonaro cada vez se aproxima mais do presidente russo Vladimir Putin. Por óbvio, esse posicionamento tem muito mais peso nas relações com os países ocidentais do que as suspeitas que levantou sobre a segurança das eleições.

Bolsonaro utilizou as dependências do Palácio da Alvorada e a estrutura de governo para uma série de acusações sem provas contra a Justiça Eleitoral e os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Também atacou seu principal adversário, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), cujo prestígio internacional só aumenta na medida em que mantém o favoritismo nas pesquisas e as eleições se aproximam. Atacou o petista, porém acabou criticado por dois adversários que sonham tomar seu lugar contra ele, Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB). Ou seja, Bolsonaro está se colocando como alvo fixo de todos os principais concorrentes.

Os ministros Carlos França (Relações Exteriores), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa), Ciro Nogueira (Casa Civil), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), que formam o estado-maior da Presidência, participaram da reunião, que Fachin classificou como um encontro de pré-candidato a presidente da República, ao declinar do convite, com o argumento de que deveria ter uma posição imparcial como responsável pela condução do processo eleitoral. Na Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR), à tarde, Fachin classificou a apresentação como uma “encenação”. Sem citar Bolsonaro, disse que há “inaceitável negacionismo eleitoral por parte de uma personalidade pública” e uma “muito grave” agressão à democracia.

Discurso de perdedor

E o anticandidato? É um sinal trocado. Bolsonaro está agindo como perdedor antecipado das eleições, como quem não pretende aceitar o resultado das urnas e quer virar a mesa, como tentou sem sucesso o ex-presidente norte-americano Donald Trump, seu aliado. Está fazendo uma campanha de anticandidato, que deixará em desespero os aliados do Centrão. O ministro Paulo Sérgio Nogueira reverbera as acusações de Bolsonaro e arrasta as Forças Armadas para uma posição que evoca o passado do regime militar. Somente após as eleições saberemos se age por disciplina, pois Bolsonaro é presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, ou por convicção golpista autoritária.

A propósito do passado autoritário, o mais ousado desafio ao regime militar, no auge do seu poder, foi o lançamento da “anticandidatura” de Ulysses Guimarães à Presidência da República, pelo MDB, em setembro de 1973, no colégio eleitoral que elegeeria o general Ernesto Geisel à Presidência. Como um Dom Quixote, percorreu o país desafiando os militares, ao lado do ex-governador de Pernambuco Barbosa Lima Sobrinho, que depois viria a ser presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

“Não é o candidato que vai percorrer o país. É o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo. Possibilita prisões desamparadas pelo habeas corpus e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a nação pela censura à imprensa, ao rádio, à televisão, ao teatro e ao cinema”, discursou Ulysses, cuja plataforma era centrada na revogação do Ato Institucional 5 (AI-5), na anistia e na convocação de uma Assembleia Constituinte.

Quanta ironia. Bolsonaro faz campanha em busca do passado.